

XII

Pensamento político

Ao longo dos dois últimos capítulos, começamos a explorar o campo da ação política. Apresentamos uma maneira de distinguir a organização da vida social da organização política, diferenciando aquelas atividades sociais que são regidas pelas lógicas do valor, propriedade e afinidade daquelas que submetem essas três formas a outros princípios organizativos, extraídos da realidade material – princípios que chamamos de ideias políticas. Vale notar que essa distinção entre o social e o político é puramente organizacional – ela diz respeito a como as coisas se estruturam e se relacionam, não define formas ou pautas específicas que seriam inerentemente políticas: é perfeitamente possível, como antecipamos no começo do livro, que grupos que falam de política não produzam efeitos políticos reais, e outros que não se pensam nesses termos se encaixem em nossa definição.

Em seguida, distinguimos entre orientações políticas emancipatórias, conservadoras e reacionárias, diferenciando cada uma a partir dos critérios que usam para se organizar. A organização política emancipatória, por exemplo, tem que lidar com o conflito de se guiar por ideias que não estão bem estabelecidas socialmente, pois extrai seus princípios organizativos da investigação da realidade material, isto é, de processos sociais e naturais que pertencem à “caixa preta” de uma dada situação social, daquilo que não conta e não tem lugar social. As organizações conservadoras, por outro lado, visam submeter todo novo problema ou impasse coletivo às formas sociais que já são vigentes – não à toa, o conservadorismo pode sempre apelar para o pragmatismo e o ceticismo contra o “idealismo” das políticas emancipatórias. Seu horizonte é a absorção e integração do que quer que seja aos modos de organização já estabelecidos. Finalmente, as organizações políticas reacionárias fazem um curto-circuito entre a política emancipatória e a conservadora: ao invés de extraírem suas ideias da realidade material invisibilizada pelas formas sociais atuais, elegem as formas de sociabilidade operando em partes já estabelecidas da sociedade como ideais para

o funcionamento social como um todo, buscando efetivamente reestruturar a sociedade a partir desses modelos particulares já dominantes. É por isso que os reacionários operam através de ideais sociais ao invés de ideias políticas.

No capítulo seguinte, utilizamos essas distinções conceituais para definir, nos termos mais gerais possíveis, o que seria uma luta ou conflito político. Existe luta quando uma forma de se organizar politicamente entra em atrito com as formas de organização da vida social – isto é, uma luta é sempre o conflito entre diferentes formas de organização. Essa definição decorre diretamente dos conceitos que introduzimos anteriormente: se a política emancipatória tenta reorganizar a realidade a partir de outros critérios que não o valor, a propriedade e a afinidade, então a todo momento esse processo encontrará resistências, forças que visam conservar a organização da realidade social ou reforçar a forma de funcionamento das estruturas dominantes.

O que o grau de abstração da definição proposta nos permite fazer é dar atenção às diferentes maneiras como esse atrito pode aparecer na luta política. Foi o que fizemos em seguida, mobilizando a diferença, introduzida na segunda parte do livro, entre as dimensões da composição, interação e percepção de uma organização. Utilizando esses três conceitos, distinguimos também três dimensões da luta política. Primeiro, a luta no campo da composição política – entre a organização da vida visando a transformação política do mundo e a organização da vida guiada pela reprodução social, pela necessidade de sobreviver. Em seguida, a luta no campo da interação política – entre processos políticos e o mundo à sua volta, sobre o qual a política visa intervir e transformar. Finalmente, a luta no campo da percepção política – entre duas maneiras das organizações políticas serem vistas pelo resto das pessoas, como formas legítimas de transformação ou apenas grupos e ideias ilusórias, enganosamente reproduzindo a realidade por de trás de falsas promessas. Em cada uma dessas dimensões, analisamos brevemente os conflitos entre organizações políticas emancipatórias – que visam introduzir algo de novo, para além do valor, da propriedade e da afinidade – e as forças

conservadoras – que visam manter as coisas como estão – e reacionárias – que visam reduzir a realidade a um ideal particular.

Falamos até aqui, portanto, do surgimento das ideias políticas a partir da realidade material, da especificidade das organizações políticas emancipatórias e das diferentes formas de luta que essas organizações podem enfrentar. Mas como travamos uma luta? Quais os meios que um processo político tem para decidir, a cada momento, que caminhos nos permitirão avançar e quais são ruas sem saída? E, acima de tudo, como abordar o campo da ação política a partir da perspectiva organizacional, sem dependermos de ideias de tática e estratégia redutíveis ao planejamento intencional, que só se aplicam a alguns processos políticos específicos?

Negações sociais

É impossível falarmos da atividade política emancipatória se não considerarmos que a luta política é, antes de mais nada, a luta pela negação de algo que existe. Isto é, precisamos partir do fato de que cada conflito político, cada esforço de reorganizar a sociedade, é também um esforço de negar um dado modo de funcionamento do valor, da propriedade e da afinidade. É aqui que a densa apresentação que fizemos de cada lógica social – no sétimo capítulo – realmente se justifica e ganha um papel ativo na teoria da prática comunista.

Recapitulemos rapidamente a forma abstrata com que definimos cada uma dessas lógicas inicialmente. A lógica da afinidade foi introduzida como uma lógica das fronteiras, isto é, da divisão das organizações em partes separadas que, no entanto, partilham de algo em comum. A lógica da propriedade, por sua vez, foi apresentada como uma lógica das cercas, na qual a divisão separa as partes de maneira assimétrica: uma parte contém o limite entre ela e o que ficou de fora, de modo que a outra parte não partilha essa divisória – uma parte é limitante, a outra limitada. Por fim, a lógica do valor foi definida como uma lógica das margens: a

diferença entre duas partes de uma organização é difusa, pode se deslocar mais para um lado ou para o outro, a depender de outros fatores.

No capítulo em que introduzimos essas diferentes maneiras de organizar o tecido social, nosso interesse principal era observar como essas três lógicas podem tomar muitas formas concretas em sociedades diversas, a depender de como se articulam entre si. Trata-se de uma maneira muito geral e rica, apesar da sua simplicidade, de pensar a variedade de formas de organização social que encontramos tanto na história humana quanto na história do capitalismo em específico. O que não mencionamos naquele momento, no entanto, é que corresponde a cada uma dessas formas de organizar o mundo também um tipo especial de negação.

Essa correlação é fácil de estabelecer. Começamos pela lógica da afinidade. O que é uma negação determinada por essa lógica social? É uma negação onde o “sim” e o “não” possuem uma fronteira em comum. Quando nego uma comunidade – por exemplo, me emancipando da minha família, ou indo participar de um grupo com valores opostos aos do lugar de onde vim – ainda assim partilho algo com aquilo que neguei, seja porque minha origem continua a fazer parte de quem eu sou, seja porque uma comunidade inimiga continua a ser reconhecida como comunidade pelas demais. A negação que permite fronteiras é uma negação que permite contradições, pois o elemento fronteiro, em comum, foi e não foi negado, ao mesmo tempo. Ao te dar um presente, ele não é mais meu – mas, de certa forma, ainda é. Não existe apenas ou “isso” ou “aquilo”: na lógica da comunidade é possível ocupar esse lugar híbrido onde se é “isso e aquilo” também, como discutimos no sétimo capítulo.

A lógica da propriedade determina um tipo de negação muito mais convencional. Se a cerca separa duas partes sem deixar nada em comum, também a negação em jogo aqui é aquela que separa o “isso” do “aquilo” sem nenhum resto. Se um contrato é assinado, ele ou é válido ou não é – não existe terceira opção. Se a propriedade de um terreno é de fulano, ela não é de sicrano e de ninguém mais. A

negação interna à lógica das cercas cria um corte seco entre o que é verdadeiro e o que é falso, entre o que é afirmado e o que é negado, e dá prevalência ao primeiro termo em relação ao segundo. Ou é, ou não é – e o oposto do que é, sua negação, não tem nenhuma realidade.

Por fim, a lógica do valor produz um terceiro tipo de negação, que corresponde diretamente ao funcionamento das margens. É o caso em que entre o “sim” total e o “não” absoluto existem graus – um “pode ser”, um “mais ou menos”. Quando um gestor observa um funcionário trabalhando com uma eficiência mediana, ele não se pergunta se a pessoa está ou não está trabalhando. Não é nem uma questão contraditória – onde a resposta pode ser “sim e não” – e nem uma questão direta – onde a resposta é ou “sim” ou “não”: o ponto todo é que poderia estar trabalhando “um pouco mais” ou “um pouco melhor”. Há graus de verdade na lógica das margens, tons de cinza entre o verdadeiro e o falso.

Qual a importância, para nós, de entender essas diferenças? É que, ao transformar uma dada forma de organização social, um processo político se embrenhará, necessariamente, com essas diferentes formas de negação. E por que isso se dá necessariamente? Porque, logicamente falando, essas formas de negação são as únicas opções possíveis. Dada uma situação e diferentes caminhos que podemos tomar, só existem mesmo três maneiras de lidar com a decisão: ou optamos por “isso e aquilo”, ou “isso ou aquilo” ou pelo caminho do “mais ou menos”, isto é, um pouco disso e um pouco daquilo. Se transformar o mundo é negar concretamente uma forma social, então a reorganização promovida pela luta política – a submissão do valor, da propriedade e da afinidade a outro princípio coletivo – vai necessariamente envolver a substituição de um tipo de negação, interno a uma dada lógica, por outra forma de negação, que se oponha à lógica anterior.

Quando tentamos substituir a propriedade privada por outra forma de organização política – por exemplo, retomando formas comunitárias de partilha da terra – estamos negando a lógica social que organiza o espaço em termos de cercas através da mobilização de uma lógica de fronteiras, que restabelece algo em

comum entre partes separadas. É uma negação que vem da lógica da afinidade e que nos ajuda a transformar estruturalmente a lógica da propriedade. Isso é diferente, por exemplo, de lutar para que uma propriedade simplesmente troque de mãos: nesse caso teríamos negado a propriedade usando a própria lógica das cercas: o que não era meu virou meu e deixou de ser de qualquer outra pessoa. Podemos também lutar contra a negatividade flutuante das margens – que domina a exploração intensiva do trabalho – mobilizando a negação do direito, que tenta delimitar secamente o que pertence ao trabalhador e o que pode ser comprado pelo capitalista, por exemplo determinando um número de horas ou um certo padrão de esforço que seria aceitável por lei. É uma negação da lógica das margens utilizando um recurso que vem da lógica das cercas. Onde cada uma dessas formas de transformação vai intervir, no entanto, não é definido nem pelo valor e nem pela propriedade – afinal, ambos os modos já estão atuantes na compra e venda de força de trabalho: a decisão de alternar o modo de decisão, a passagem do “mais ou menos” para o “isso ou aquilo”, vem de um princípio político retirado da realidade material dos trabalhadores.

Negação anti-social

Esse último ponto nos convida a introduzir uma outra forma de negação. Afirmamos que as três negações que apresentamos formam a totalidade das alternativas “logicamente falando”. Mas se um processo político constrói novas formas de relação social, então em algum nível ele precisa também recusar todos os caminhos sociais disponíveis. Um processo político também depende, assim, de uma negação do tipo “nem isso e nem aquilo”, uma rejeição de todo o arranjo social. Confrontados com uma injustiça, nos recusamos a justificá-la, como reacionários, ou a “tapá-la”, como conservadores, com remendos do valor, da propriedade e da afinidade – nenhum caminho oferecido serve: nem por aqui, nem por ali. Mas esse momento de recusa, sem o qual não existiria o espaço para apostar em novas formas de organização coletiva, não é apenas um passo atrás ou uma rejeição abstrata da sociedade: é uma rejeição em nome daquilo que existe materialmente na realidade, mas que não tem lugar social – e que, portanto, não

encontraria nenhum encaminhamento nessa mesma estrutura que existe à sua revelia. Para construir outra sociedade, a política emancipatória precisa primeiro rejeitar o arranjo social vigente. Ela deve preferir a verdade da realidade material da sociedade à potência integradora do valor, da propriedade e da afinidade, mesmo que essa verdade seja “ilógica”.

É importante lembrar que “recusa” aqui não diz respeito nem a uma disposição subjetiva – pessoas podem estar insatisfeitas e organizar sua raiva de acordo com as lógicas que já vimos – e nem a um discurso explícito – podemos negar as formas sociais vigentes em nome das mais variadas idealizações e filosofias, isso não significa necessariamente que abrimos uma brecha para a reorganização de uma coletividade. Essa quarta forma de negação – que poderíamos chamar de “negação anti-social” ou de “negação material” – é um processo organizacional, como tudo o mais: trata-se de um gesto de recusa de uma forma social a partir da organização coletiva de algo que não tem existência social garantida. Não ceder perante uma ordem de despejo ou processo de remoção pois o senso de história e pertença a um território é algo real que não se resolve com realocamento e um título de propriedade. Não se contentar com os mecanismos de defesa comunitários que desenvolvemos para lidar com a periculosidade e insalubridade do trabalho, pois a intensificação da exploração é real e não cessará com a criação de um novo ritual de sofrimento. Não se calar perante o extermínio seletivo da população negra pois as promessas de segurança e justiça são igualmente seletivas e o apartheid social é real. Em todos esses casos, a recusa não é baseada no desejo ou nos valores, mas em nos organizarmos em nome de uma realidade material incontestável.

Mesmo não sendo uma negação abstrata ou idealizada, a recusa é um momento frágil de um processo político. Como, por definição, não corresponde a nenhum princípio social já formado, esses momentos de recusa correm o risco tanto de serem domesticados, se só conseguem perdurar através da anexação às formas sociais vigentes, quanto de se tornarem ideais fantasiosos de pureza política,

quando elevamos essa negação a um princípio geral e imediato para todo processo coletivo.

O encadeamento da negação “anti-social” com as diferentes lógicas e suas respectivas formas de negação “sociais” é um desafio essencial de todo processo político – e que não aparece apenas em um momento inicial, explosivo e espetacular. Não só porque nada garante que uma recusa coletiva tome uma forma pública intensa e agressiva, mas também porque esse momento anti-social nunca fica no passado inteiramente. Ele precisa ser reinventado e reafirmado sempre que o lastro fundamental da política emancipatória na realidade material ameaçar ser desfeito.

Negação política

Esperamos que fique claro, a essa altura, porque foi tão importante introduzirmos essa versão radicalmente esquemática das três lógicas sociais. É que precisamos de meios para distinguir o uso que um processo político faz dessas formas de organização, quando submetidas a novos princípios coletivos, do modo como operam enquanto afinidade, propriedade e valor em uma formação social específica. Negar a organização pela propriedade privada se utilizando da negação “marginal”, isto é, repassando a cada um o que lhe cabe de acordo com quanto trabalho contribuiu, não é o mesmo do que simplesmente reafirmar a lógica do capital e seu modo de exploração – mas ambas as formas de organização fazem uso da capacidade de mover proporções de acordo com uma equivalência. Negar a organização pela forma mercadoria através de uma partilha comunitária de bens não é o mesmo que simplesmente reafirmar as identidades ou comunidades tais como o capitalismo as estabelece – ainda que a lógica das fronteiras esteja em jogo em ambos os casos. Para quem não reconhece a forma política que orienta essas decisões, de fato é difícil distinguir entre qualquer outra forma de atrelar produção e consumo e a forma do valor, entre a disciplina política e a burocratização estatal, entre o cuidado comunitário e a manutenção de identidades individualistas – a diferença fica mais evidente quando consideramos a forma que

está orientando as decisões no agregado, a mudança constante de uma lógica para a outra, e que não respeita o modo de integração próprio da forma social dominante.

Isso nos traz, finalmente, a um quinto tipo de negação. Vimos que existem três negações “lógicas” – as negações sociais – e existe também uma quarta – a negação anti-social – que rejeita a integração às formas sociais vigentes em nome de uma “caixa preta” da realidade material dessa sociedade. As três primeiras não apenas dividem ou separam, mas também servem para articular e concatenar relações sociais, a quarta, por outro lado, é uma recusa, um momento de rechaço da totalidade social enquanto tal, sustentado pela realidade material. Mas existe ainda uma outra negação em jogo na transformação política, que é produto ou saldo da submissão das negações sociais a esse princípio disruptivo que permite que reorganizemos politicamente a realidade.

Quando contrastamos todo um ecossistema de organizações, frentes de luta, formas de reprodução da vida tornadas possíveis pela luta revolucionária, com o mundo social contra o qual nos insurgimos – que tipo de relação se estabelece entre o processo político e a realidade social? Em outras palavras, qual a relação entre um espaço que é reorganizado por ideias e princípios políticos e o resto da sociedade? Trata-se, claramente, de uma outra forma de negação. Basta considerar como conservadores e reacionários descrevem um processo político emancipatório – inventando todo tipo de justificativa para explicar o comportamento “errático”, “suspeito” e “desordeiro” das organizações políticas – para perceber que o princípio que orienta as decisões coletivas de um processo político, esse “algo” elusivo das formas políticas, simplesmente não tem lugar no mundo social. Sim, acionamos a lei, ou paramos a produção, ou conversamos com a população – mas com que finalidade? Guiados por qual motivação? É a estrutura geral desse processo que está em questão, e o que o mundo social faz nessa hora é dizer que ou bem não existe uma orientação racional para a política emancipatória ou essa orientação é, no fundo, apenas um interesse privado e escuso, redutível aos jogos do poder já conhecidos. O que está em jogo aqui é,

portanto, a existência de contornos da totalidade política concreta – há algo que unifica e ilumina nossas ações ou não? Esse contraste entre o processo político como um todo e o resto do mundo, constitui uma outra forma de negação, que opera no nível mais global, no confronto entre a lógica dominante do mundo social e conjunto de ações e efeitos políticos que produzimos.

Não se trata, assim, de simplesmente recusar a criação de relações sociais – o “nem isso e nem aquilo” – e nem de uma confirmação geral de um dos três modos de organização social – pois existe ali um espaço dominado pela política emancipatória e as ideias políticas não são apenas a aplicação de uma outra lógica dominante. Tomada em sua totalidade, a colcha de retalhos de diferentes decisões de um movimento – ora optando por um tipo de negação, ora por outro – ou o campo agregado das lutas proletárias em um dado momento – composto por organizações muito distintas entre si – não se encaixa nem na lógica do valor, nem da propriedade e nem da afinidade, mas também não se reduz a uma pura recusa, pois tem estrutura própria, que podemos contrastar com a estrutura social. Essa negação concreta da lógica social dominante é o que realmente merece o nome de negação política: não porque seria o único momento político de todo esse processo, evidentemente, mas porque indica o efeito composto ou acumulado da luta, a capacidade de um processo político de encarnar uma outra forma de organização da vida humana.

Um impasse que encontramos muitas vezes aqui diz respeito ao estatuto desse contraste entre o mundo social e o processo político, momento em que se consolida, mesmo que de forma passageira, uma forma política concreta. É que, ao se impor socialmente enquanto uma força coletiva estruturada, os processos políticos correm o risco de “recobrir” a realidade material de outras lutas posteriores, reforçando a ilusão de que a negação anti-social é sempre, na verdade, a negação política, isto é, uma recuperação ou continuação de formas políticas que já conseguiram garantir esse contraste negativo mais global. É o efeito de achar que, já que o socialismo soviético existiu e se contrapôs ao mundo capitalista em algum nível, toda revolta contra o trabalho já carregaria o germe dessa mesma

forma de luta anterior – o que dificulta que novas ideias políticas, cultivadas a partir desse terreno concreto, possam surgir e guiar decisões e reorganizações efetivas dessa realidade. O momento em que passamos a acreditar que os conflitos que existem na realidade material de uma situação são apenas uma oportunidade de reencontrarmos formas políticas já consolidadas, é também o momento em que uma dada ideia política encontra seu ponto de saturação – conceito que discutimos brevemente no terceiro capítulo. É o momento em que formas de organização política perdem tração na realidade.

Dimensões do pensamento político

O conjunto de negações que introduzimos – anti-social, social e política – não segue uma lógica unificada que possamos aplicar ou antecipar. Nada garante que conseguiremos passar de uma recusa lastreada pela realidade material para uma série de decisões que costuram diferentes lógicas, orientadas por uma ideia política que também só ganha contornos em contraste com a organização social vigente. Como um pedaço invisibilizado da realidade se transforma em um princípio que permite tomarmos decisões coletivas consequentes? Como essas decisões heterogêneas se relacionam? Que tipo de coerência produzem e como essa nova clareza política pode servir para reorganizar a continuação das nossas atividades políticas? Como lidar com a potencial divergência entre os objetivos que planejamos e projetamos para o futuro e a forma e os resultados que uma luta efetivamente produz? Todas essas questões existem e se repetem, exigindo novas respostas a cada momento, justamente porque não há uma lógica política emancipatória geral: se a política, em seu objetivo de transformar o mundo social, precisa negá-lo a todo momento, nega com isso também a possibilidade de simplesmente seguir regras ou roteiros predeterminados. Mas é justamente por isso que cada processo político é também uma forma coletiva de pensar, isto é, uma maneira de inventar novos encadeamentos entre todas essas formas de negação.

Estamos acostumados a tratar esse campo onde a ação e o pensamento se encontram na política através dos conceitos de tática e estratégia. O problema é

que é muito difícil desassociar esses termos de algum senso de planejamento prévio e de acordo explícito: decidimos um objetivo final, nosso objetivo estratégico, e aí optamos por seguir um caminho para chegar até lá, nossa tática privilegiada, etc. Definidos assim, podemos concluir que uma revolta popular sem direção explícita ou um conjunto de organizações autônomas dispersas atuam sem horizonte estratégico ou não têm táticas preferidas. É um problema similar ao que encontramos no capítulo seis, quando discutimos as consequências de associar “organização” a apenas um certo tipo de coletividade: o que quer que seja que não se conforma a esse tipo previamente determinado passa a ser designado como “desorganizado”. Nos interessa, portanto, compreender as dimensões da tática e da estratégia de maneira organizacional, isto é, sem o pressuposto de que se tratariam sempre de princípios explícitos, planejados intencionalmente, com base em uma análise de conjuntura objetiva, ela mesma fruto de um embasamento teórico prévio. Para nós, tática, estratégia, logística e mobilização (também chamado de “controle”) – os quatro termos que formam o esqueleto de uma ação coletiva concreta de acordo com a teoria militar contemporânea – são dimensões interdependentes do pensamento de uma organização ou processo político. Dizem respeito a como cada processo político resolve problemas práticos, seja de maneira planejada e intencional ou não.

Mencionamos brevemente esses componentes ao fim do quarto capítulo, argumentando que representam uma compreensão expandida do que constitui um objetivo (estratégia), o caminho para alcançá-lo (tática), as condições para percorrer esse caminho (logística) e a capacidade de agenciar todas essas decisões de forma prática (mobilização). À luz do que foi apresentado até aqui, podemos agora definir essas dimensões em termos organizacionais, ou seja, a partir dos diferentes momentos “sem lógica” que convocam um processo político a inventar novas formas de encadeamento entre eles.

A dimensão tática é talvez a mais fácil de definir. Vimos que entre a negação anti-social – que atesta que algo da realidade material se recusa a ser integrado socialmente – e as diferentes negações sociais – formas de usar fronteiras, cercas e

margens contra as lógicas do valor, afinidade e propriedade – existe um hiato, pois essa recusa não determina o que fazer a seguir. A inventividade tática diz respeito justamente a essa lacuna e ao problema de como transformar uma recusa em algo duradouro, de como a emergência de um pedaço invisibilizado da realidade material poderia dar à luz a um princípio que nos ajude a tomar decisões coletivas consequentes. Dado que uma injustiça aconteceu e não há solução social para isso, por onde ir? Como saber até onde o caminho que escolhemos está funcionando e em que momento devemos optar por novas medidas? O pensamento tático inventa caminhos para que a negação anti-social possa se propagar através de rearranjos organizacionais que jogam as lógicas sociais contra si mesmas: saber quando apelar para a lei, quanto apostar na partilha, quando confiar na luz fria do trabalho e do esforço, etc. Vale notar que esse “pensamento” não implica que exista um grupo de militantes que avalia e inventa essas soluções – é claro que isso pode acontecer, mas mesmo processos coletivos espontâneos, que agem e reagem de forma mais dispersa ou descentralizada às forças conservadoras e reacionárias, também precisam encontrar soluções para essa desconexão entre a realidade material e as formas de ação que construímos a partir dela.

Se a dimensão tática costuma ser pensada como o nível “local”, a estratégia é identificada como o campo das “grandes” questões: programas políticos que queremos implementar, horizontes de transformação social mais radicais, a lista de objetivos de um movimento, etc. Mas aqui encontramos um paradoxo importante: a definição de um programa ou projeto político, a partilha de um objetivo que desejamos realizar – tudo isso pode na verdade ter um papel tático em termos organizacionais. Apesar do conteúdo mais ambicioso, sua função efetiva pode ser simplesmente a de motivar militantes a realizar certas tarefas já estabelecidas ou de ajudar a provar para uma base em disputa que vale a pena aderir a uma certa organização, auxiliando no processo de costura e avanço local de uma dada luta. Afinal de contas, falar de estratégia, falar de objetivos futuros, é algo que fazemos no presente, de forma situada – se essa projeção de objetivos maiores e distantes terá uma relevância maior do que um consenso em torno de imagens e valores

compartilhados é algo que não é possível garantir. E quando definimos a dimensão estratégica em termos organizacionais, é justamente essa lacuna entre presente e futuro, local e global que está em jogo, um obstáculo que todo processo político precisa enfrentar. Trata-se da distância entre as negações sociais – as decisões táticas que tomamos a cada momento – e a negação política – os contornos mais gerais que vão surgindo para o processo político a partir de sua atividade localizada. A dimensão estratégica do pensamento diz respeito à capacidade de antecipar os contornos da totalidade de um processo político a partir de sua dimensão situada e repensar o que fazemos localmente a partir de traços dessa visão mais geral.

A compreensão mais corrente de estratégia sugere que a conexão entre tática e estratégia vai naturalmente do global para o local: começamos com nossos objetivos gerais e aí analisamos as etapas para chegar lá. Mas, como acabamos de ver, esse processo pode ser puramente intelectual ou ser apenas uma maneira específica de delimitar o avanço tático. Do ponto de vista organizacional, o campo da estratégia diz respeito tanto ao acúmulo que os passos concretos da luta produzem em termos de uma visão maior quanto dos meios que essa luta tem para aproveitar o que se consolida como horizonte para melhor informar decisões locais futuras, seus próximos passos. Há aí, portanto, um circuito que conecta as negações sociais mobilizadas taticamente e os contornos mais gerais do movimento ou luta, que formam o contraste da negação política do mundo social: é claro que podemos ser guiados por programas ou visões estratégicas registradas em documentos e consensos entre militantes, mas os contornos reais do processo político são construídos passo a passo pela forma política que essa organização vai consolidando para si – e é o circuito que conecta essa forma mais geral e os próximos passos localizados de uma luta que realmente constitui o cerne organizacional da estratégia. Pode ser estratégico para uma luta, inclusive, abrir mão de programas ou da promoção de objetivos claros em momentos em que isso não tem qualquer poder de mobilização. Isso não significa que deixou de ter objetivos maiores ou função estratégica, mas que pode ser estratégico – no sentido

de preservar a negação política e sua conexão com a tática – reconhecer um momento de verdadeira desorientação.

Um outro componente fundamental do pensamento político é a logística. Muito dos nossos esforços aqui – principalmente no capítulo dedicado à luta política e às diferentes dimensões do conflito na luta – vão na direção de sugerir que a “economia política” da militância é uma questão crucial da organização política emancipatória, principalmente sob condições históricas de periferização. Quando o capital não garante condições de associação mínima entre os trabalhadores, a organização coletiva pode se tornar extremamente custosa, por exemplo. Isso se reflete no pensamento político de uma organização na dimensão logística da ação. Muitas propostas de atividade e muitos objetivos políticos são valiosos e interessantes, mas se não encontrarem condições concretas para sua realização, ou bem serão impraticáveis ou dependerão do acirramento do conflito entre as formas políticas e sociais em que estão inseridos os militantes. Isso não desestabiliza apenas a composição da luta, mas também enfraquece a capacidade de intervenção – aguentamos menos tempo o conflito com as forças inimigas – e mesmo a percepção sobre a luta – pois todos percebem quando um processo político é incapaz de levar em conta a realidade das pessoas que visa mobilizar.

Podemos definir o campo das invenções logísticas como aquele em que o pensamento político precisa encadear a negação anti-social e a negação política, isto é, articular os objetivos que dão forma ao processo político e as restrições e características específicas da realidade material que motiva e lastreia essa luta. Não há roteiro prévio de como compatibilizar a energia política de uma recusa de integração social com formas de reprodução duradouras para essa nova luta – e muitas vezes são as restrições logísticas as que primeiro obrigam um processo político a se entregar novamente para as formas de reprodução sociais disponíveis – o valor, a propriedade e a afinidade. Como diz a palavra de ordem de uma importante luta por soberania alimentar: “a despesa de um território dá a medida da sua força” – isto é, a logística aterra os objetivos políticos na realidade material.

Finalmente, existe um último componente do pensamento político, que na teoria militar – tão calcada na lógica hierárquica do Estado – é chamado de “controle” ou “cadeia de comando”. Deixando de lado essa roupagem desnecessária, a questão aqui é a capacidade, em um processo coletivo, de levar à cabo as ações coletivas no nível da tática, estratégia e logística. Afinal, de nada adianta um comandante do exército ser capaz de elaborar uma estratégia brilhante, com etapas muito bem pensadas e plausíveis, se a ordem de atacar não for executada pelos soldados no campo de batalha. No campo da política emancipatória, essa questão aparece de forma um pouco diferente: ela diz respeito à capacidade de mobilização dos processos políticos – mobilização não necessariamente no sentido de seguir uma cadeia de comando, mas de adesão e agenciamento das ideias de forma ativa. O problema se coloca para quadros e militantes de um partido, para protestos organizados por frentes de luta, para revoltas que eclodem repentinamente ou para longos processo de guerrilha campesina – em todos esses casos, mobilizar é transformar a viabilidade tática em ação concreta. Um exército pode constranger pessoas a se mobilizarem através de contratos, leis, ideais patrióticos, da vergonha, do sadismo ou do dinheiro – muitas organizações políticas se apoiam em maior ou menor grau em mecanismos similares – que alinham o custo logístico com a tática e estratégia de um dado processo combativo, mas esses meios ou formas de garantir a mobilização através do controle são apenas formas particulares de uma ação coletiva dar corpo concreto às formas políticas.

Para nós, a questão da mobilização como a dimensão do pensamento político corresponde, portanto, ao encadeamento de todas essas negações que vimos, simultaneamente. Há mobilização política ou não de acordo com a capacidade tática de encadear a recusa a novas decisões coletivas, de acordo com a capacidade estratégica de encadear essas decisões aos saldos e objetivos da luta, e de acordo com a capacidade logística de encadear essa visão política aos limites e aptidões que compõem a realidade material desse processo.

Onde essas negações pavimentam um circuito político alternativo aos limites do mundo social, existe mobilização. E, inversamente, onde existe mobilização, seja ela planejada ou não, baseada na disciplina partidária ou não, fruto da raiva ou da convicção, existe um pensamento político – mesmo que silencioso – saltando criativamente de negação em negação.